

Boletim do FMI

ENTREVISTA SOBRE PORTUGAL

FMI delineia plano conjunto de apoio com UE para Portugal

Boletim digital do FMI
6 de Maio de 2011



Café no Bairro Alto, em Lisboa. A criação de novos empregos, sobretudo para os jovens, é um dos objectivos principais do pacote de apoio acordado com o FMI e a União Europeia (foto: Newscom)

- Pacote de financiamento conjunto de 78 mil milhões de euros acordado para Portugal
- Os objectivos principais são restaurar a competitividade, o crescimento e os empregos
- O pacote criará o espaço de manobra necessário para estabelecer um sólido historial de implementação de políticas antes da volta aos mercados

O Fundo Monetário Internacional e a União Europeia anunciaram um pacote de financiamento conjunto no valor de 78 mil milhões de euros (cerca de 116 mil milhões de dólares) para Portugal, destinado a relançar o crescimento e o emprego. A UE comprometeu um total de 52 mil milhões de euros. A contribuição do FMI será de 26 mil milhões de euros, a ser desembolsada num período de três anos no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado.

Portugal é o terceiro membro da zona euro, que abrange 17 países, a pedir a assistência do FMI, após a Grécia e a Irlanda. A sua taxa de crescimento foi de apenas 1 por cento em média nos últimos dez anos, tornando-a a economia de crescimento mais lento da zona euro. A falta de crescimento, combinada com o impacto da crise financeira mundial, produziu um grande défice orçamental, altos níveis de endividamento e desemprego persistente.

O pacote de financiamento fornecido pelo FMI e os parceiros de Portugal na UE visa dar ao país o espaço de manobra necessário para fazer face aos problemas de longa data.

Numa entrevista, o chefe da missão do FMI para Portugal, Poul Thomsen, discute os desafios enfrentados pela economia e descreve os detalhes do pacote de políticas anunciadas pelo governo de gestão em Lisboa.

Boletim digital do FMI: Quais são os objectivos principais do pacote de políticas acordado com Portugal?

Thomsen: O programa do governo é ambicioso, mas realista. Consiste basicamente numa estratégia focada em três vertentes.

A primeira prioridade é fazer face aos problemas estruturais, que são profundos e de longa data e que levaram Portugal a registar as mais baixas taxas de crescimento da zona euro na última década e a alcançar a mais alta taxa de desemprego dos últimos dez anos.

A segunda prioridade é fortalecer a política orçamental. Uma combinação de medidas cuidadosamente equacionadas – equivalentes a cerca de 10 por cento do PIB, já contando as medidas incluídas no orçamento de 2011 – reduzirá o défice orçamental para 3 por cento do PIB em 2013 e estabilizará a dívida do sector público.

A terceira prioridade é garantir a estabilidade do sector financeiro. Dentre as medidas para o efeito figuram o aumento dos rácios de capital dos bancos, o reforço da regulação e supervisão e a introdução de um novo mecanismo de apoio à solvabilidade, totalmente custeado no âmbito do programa.

Boletim digital do FMI: Como foram equacionados estes diferentes objectivos?

Thomsen: Ao estruturar um programa como este, é importante evitar o excesso de rapidez na consolidação orçamental e na desalavancagem do sector financeiro. O excesso de rapidez causaria uma forte contracção da procura antes que as reformas estruturais destinadas a reforçar o potencial de crescimento da economia produzam resultados. Acredito que o programa oferece um equilíbrio adequado entre estas duas prioridades.

O pacote de financiamento dará ao governo o espaço de manobra necessário para estabelecer um sólido historial de implementação de políticas antes de voltar ao mercado, realizando o ajustamento necessário com responsabilidade social. Será um programa difícil. Mas, sem o apoio da comunidade internacional, as realidades do mercado teriam imposto um ajustamento muito mais rápido e doloroso para Portugal e o seu povo.

Outro detalhe importante a ressaltar é que o pacote de políticas contém muitas medidas destinadas a reforçar a produção e o emprego de forma duradoura. À medida que estas medidas entrem em vigor, Portugal deverá começar a ver resultados. Pensamos que a recuperação terá início no primeiro semestre de 2013, se as reformas forem implementadas conforme o previsto.

Boletim digital do FMI: Quais são os elementos principais da estratégia orçamental?

Thomsen: O ajustamento orçamental é vigoroso e imediato. O défice cairá dos 9,1 por cento do PIB registados em 2010 para 3 por cento do PIB já em 2013. Esta redução drástica, num momento muito desfavorável para a economia, exigirá medidas equivalentes a mais de 10 por cento do PIB. Realizar um ajustamento nesta escala em apenas três anos é um empreendimento extremamente ambicioso de acordo com qualquer padrão.

Metade do ajustamento necessário já está integrada no orçamento aprovado para 2011. Para além disso, o governo já identificou todas as medidas necessárias para reduzir o défice orçamental para 3 por cento em 2013. Um programa ambicioso de reformas da política orçamental ajudará a restaurar o controlo sobre os gastos do sector público.

Boletim digital do FMI: Como se restaurará a competitividade?

Thomsen: Os problemas de Portugal são sobretudo estruturais, como indica a taxa muito baixa de crescimento durante vários anos antes da eclosão da crise mundial em 2008 e o nível recorde de desemprego. Em suma, Portugal terá de se abrir bastante mais à concorrência. É a única maneira de criar empregos e elevar os rendimentos.

Neste tocante, é digno de nota que o governo agora está a considerar o que poderia ser uma “medida revolucionária” e dramática na forma de uma redução acentuada, da ordem de 3 a 4 por cento do PIB, nas contribuições à segurança social (compensada por outros ajustamentos nos impostos e despesas). Isto reduziria consideravelmente os custos laborais e aumentaria a competitividade dos produtos portugueses no exterior.

Em termos mais amplos, os problemas económicos de Portugal foram causados, em grande medida, pela falta de concorrência nos sectores dos bens não transaccionáveis da economia, tais como a electricidade, transportes e telecomunicações. O programa inclui medidas destinadas a aumentar a concorrência e reduzir os lucros excessivos nestes sectores. Estas mudanças serão feitas por meio de reformas das regulações e da aceleração do processo de privatização.

Boletim digital do FMI: Seria correcto dizer que este programa é mais equilibrado e menos rigoroso do que alguns outros?

Thomsen: Cada país é diferente, e não há uma solução única para os programas que apoiamos. O programa de Portugal, como mencionei, sem dúvida será rigoroso. O país tem problemas profundos, que precisam de ser enfrentados de frente.

Portanto, o programa inclui algumas medidas difíceis: logo após o corte de 5 por cento nos salários do sector público este ano, os salários e as pensões serão congelados até 2013; haverá reduções do número de funcionários públicos em 2012 e 2013; todas as novas parcerias público-privadas e projectos de infra-estrutura de grande escala estão a ser suspensos; e as despesas nas empresas estatais, nos governos locais e regionais e na defesa estão todos a ser racionalizados.

Nas discussões que tivemos com uma ampla variedade de pessoas em Portugal, identificamos um forte sentido de que o país não pode continuar a ignorar os passos difíceis a serem dados para construir um futuro económico melhor e mais sustentável. E há a convicção de que o momento é agora. Portanto, é necessário que fique bem claro: não há dúvida de que este é um programa ambicioso e difícil. Mas deve notar-se que o programa também é realista e justo.

Boletim digital do FMI: Quem arcará com o peso maior do ajustamento?

Thomsen: Um dos principais objectivos do programa é o de assegurar a distribuição justa do peso. As medidas confrontam a procura incessante de rendas monopolistas no sector de bens não transaccionáveis e os privilégios que são gozados pelas relativamente poucas pessoas abastadas na economia portuguesa. Parte da iniciativa será, por exemplo, criar um sistema fiscal mais justo e equitativo.

Ao mesmo tempo, o programa envia esforços consideráveis para proteger os grupos mais vulneráveis, incluindo aqueles que auferem os salários e as pensões mais baixas. Isto é essencial para a credibilidade e sustentabilidade do programa. O pacote de políticas acordado intensificará a aferição de rendimentos para todas as transferências sociais. Isto ajudará a garantir que os benefícios sejam canalizados àqueles com maior necessidade. As pessoas de baixo rendimento serão isentadas dos cortes salariais do sector público, e os pensionistas de baixo rendimento não serão afectados pelo congelamento previsto para as pensões. O pacote também protege os pobres do aumento do co-pagamento na saúde e reduz o período necessário para aceder ao seguro desemprego.

Boletim digital do FMI: Devemos preocupar-nos com o sector bancário?

O nosso trabalho em Lisboa confirmou a nossa avaliação inicial de que o sector financeiro é fundamentalmente sólido. Os bancos sofreram com os problemas enfrentados pelo governo, e o seu acesso aos mercados grossistas secou quando o mercado de obrigações do governo foi atingido pela degradação dos *ratings*.

O aumento dos rácios de suficiência de capital para 10 por cento, que já está a ocorrer, será essencial para restaurar a confiança nos bancos e possibilitar a volta aos mercados grossistas antes da normalização do acesso do governo aos mercados de capitais.

Embora, na nossa avaliação, o sistema bancário português conseguirá reestruturar-se com soluções baseadas no mercado, o programa também inclui mecanismos de emergência totalmente custeados para prestar apoio de capital e liquidez, caso alguns bancos venham a precisar de ajuda.

Boletim digital do FMI: O programa apoiado pelo FMI ajudará a criar empregos?

O desemprego, sobretudo entre os jovens, é um problema económico e social enorme em Portugal hoje. Por este motivo, a criação de novos empregos – nomeadamente para os jovens – é um dos nossos principais objectivos.

As reformas destinadas a aumentar a concorrência devem promover o emprego. Mas Portugal também precisa de mercados laborais que funcionem melhor. O actual sistema de protecção ao emprego restringe a criação de empregos e é injusto, pois protege os que têm empregos melhor remunerados à custa daqueles que estão a tentar ingressar no mercado laboral – especialmente os jovens.

As políticas que acordamos tratará do problema do “sistema dual de contratação” e alinham as medidas que visam proteger os contratos sem termo e os contratos a termo certo, assim reduzindo o peso desproporcional que recai sobre os trabalhadores temporários. O programa também aumentará as oportunidades de formação para trabalhadores não especializados.

Boletim digital do FMI: As eleições planeadas em Portugal afectarão o programa?

Thomsen: Portugal encontra-se num momento decisivo, no qual o amplo apoio político à reforma é essencial para o êxito. Isto é particularmente importante neste caso, no qual os problemas são de natureza estrutural. Neste tocante, temos sido encorajados pelas discussões com os principais partidos da oposição, as quais indicam que há efectivamente um amplo consenso.

Boletim digital do FMI: De que forma Portugal se compara à Irlanda e Grécia?

Thomsen: Cada país e cada programa tem as suas características próprias, assim estes tipos de comparações não são muito representativos. À superfície, os problemas parecem similares, mas na realidade não o são. Os programas compram um espaço de manobra, mas diferentes países precisam deste espaço de manobra por diferentes motivos. Em Portugal, o problema principal é a persistência da baixa taxa de crescimento e a economia estagnada. Por este motivo, o programa dá maior ênfase às reformas que visam restaurar a competitividade, relançar o crescimento e criar empregos. Não faz sentido fazer comparações forçadas entre países.

Boletim digital do FMI: Porque devemos acreditar que este programa será bem-sucedido em Portugal?

Thomsen: Trata-se de que um programa plurianual abrangente, criado para ajudar Portugal num momento crítico da sua história. Será bem-sucedido porque contém a melhor combinação de medidas de política credíveis e imediatas. Será bem-sucedido porque tem um bom equilíbrio económico e social. Será bem-sucedido porque a comunidade internacional – incluindo o FMI – está a prestar um nível excepcional de apoio, com um avultado pacote de financiamento.

Finalmente e acima de tudo, o programa será bem-sucedido porque há um amplo consenso político em Portugal – e um forte sentido de apropriação – de que este é o programa certo no momento certo, que é necessário para recolocar o país no caminho certo.

Leia mais informações na Revista *IMF Survey*:

<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/home.aspx>